

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.324.549 - SP (2010/0117249-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : MARÍTIMA SEGUROS S/A  
**ADVOGADO** : RENATO LUÍS DE PAULA E OUTRO(S)  
**AGRAVADO** : AMAURI LUCIANO LOPES DE AZEVEDO  
**REPR. POR** : AMAURI EVANGELISTA DE AZEVEDO  
**ADVOGADO** : LAURA CRISTINA H FIALHO

## **EMENTA**

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DE VEÍCULO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DO PRAZO ATÉ A RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA. ENTENDIMENTO PACIFICADO. SÚMULA N. 83 DO STJ.

1. Esta Corte pacificou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional para a indenização securitária fica suspenso enquanto a seguradora analisa a comunicação do sinistro, voltando a fluir a partir da resposta definitiva acerca do pagamento da indenização.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Luis Felipe Salomão (Presidente) e Raul Araújo votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2012(Data do Julgamento)

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

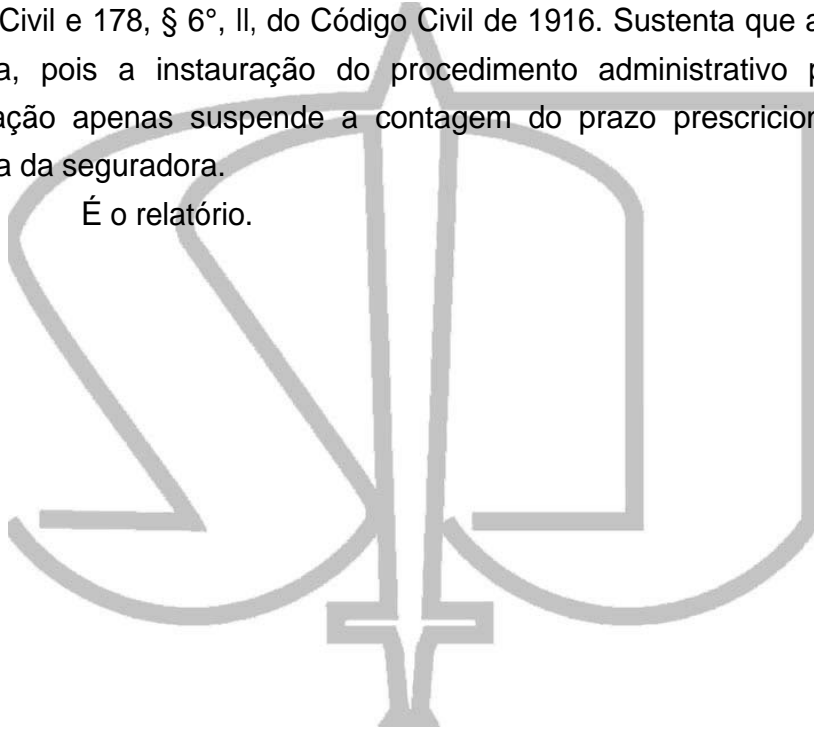
**AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.324.549 - SP (2010/0117249-4)**

**RELATÓRIO**

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI:** Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão proferida pelo Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) que negou provimento ao agravo de instrumento.

Em suas razões, aponta negativa de vigência aos arts. 206, § 1º, II, b, do Código Civil e 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916. Sustenta que a presente ação está prescrita, pois a instauração do procedimento administrativo para pagamento da indenização apenas suspende a contagem do prazo prescricional até que haja a resposta da seguradora.

É o relatório.



**AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.324.549 - SP (2010/0117249-4)**

**VOTO**

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI (Relatora):** O inconformismo não merece prosperar.

Esta Corte pacificou o entendimento segundo o qual o prazo prescricional para a indenização securitária fica suspenso enquanto a seguradora analisa a comunicação do sinistro, voltando a fluir a partir da resposta definitiva acerca do pagamento da indenização.

No caso dos autos, verifico que o sinistro ocorreu em 26.5.2004 e que após pedido administrativo de pagamento de indenização, teve seu pedido recusado no dia 18.8.2004 (e-STJ fl. 49). A ação de indenização foi ajuizada em 6.7.2005 (e-STJ fl. 37), não configurando a prescrição alegada.

Verifica-se, assim, que o entendimento do Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência desta egrégia Corte de Justiça, incidindo, pois, o teor da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
QUARTA TURMA**

Número Registro: 2010/0117249-4

**AgRg no  
Ag 1.324.549 / SP**

Números Origem: 119783301      119783306      729772005      99208043674850001  
99208043674850002

EM MESA

JULGADO: 25/09/2012

**Relatora**

Exma. Sra. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretária

Bela. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

**AUTUAÇÃO**

AGRAVANTE : MARÍTIMA SEGUROS S/A  
ADVOGADO : RENATO LUÍS DE PAULA E OUTRO(S)  
AGRAVADO : AMAURI LUCIANO LOPES DE AZEVEDO  
REPR. POR : AMAURI EVANGELISTA DE AZEVEDO  
ADVOGADO : LAURA CRISTINA H FIALHO

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : MARÍTIMA SEGUROS S/A  
ADVOGADO : RENATO LUÍS DE PAULA E OUTRO(S)  
AGRAVADO : AMAURI LUCIANO LOPES DE AZEVEDO  
REPR. POR : AMAURI EVANGELISTA DE AZEVEDO  
ADVOGADO : LAURA CRISTINA H FIALHO

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Luis Felipe Salomão (Presidente) e Raul Araújo votaram com a Sra. Ministra Relatora.